

ESTRATÉGIAS COLETIVAS VIVENCIADAS NA ESCOLA CAMPO/CETEP PARA O ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Naiete Gleisse De Oliveira Cerqueira ¹

Vanessa de Oliveira Fiuza ²

Camila Mota Barberino ³

Rosineide Pereira Mubarak Garcia ⁴

O propósito deste estudo é refletir sobre a educação especial e seus impactos no ensino profissional, relatando os desafios, expectativas e experiências vivenciadas por profissionais da área atuantes do Centro Territorial de Educação Profissional Recôncavo II Alberto Torres da rede Estadual, na cidade de Cruz das Almas, Bahia.

A educação inclusiva, presente na educação desde 1996 com promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, estabeleceu os princípios e fins da educação na perspectiva da educação inclusiva, que vem se tornando cada mais forte e necessária, embora ainda exista muitos desafios a serem superados, através da inclusão escolar pessoas com deficiências, transtorno do espectro autista, TDAH, dentre outros, conseguem na medida do possível ter uma educação igualitária e justa, tendo suas particularidades respeitadas e com auxílio no contexto escolar.

O objetivo dessa pesquisa é um relato de como essas profissionais atuam a fim de promover permanência qualificada no processo de aprendizagem no AEE (atendimento educacional especializado), bem como as dificuldades encontradas no processo de formação desses alunos, por se tratar de um centro de educação profissional diferente do ensino regular, onde a maior dificuldade é formá-los para o mercado de trabalho.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-BA, naielegleisse@gmail.com;

² Graduando pelo Curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do recôncavo da Bahia-BA, vanessaoliveiraf14@hotmail.com;

³ Bióloga e Professora da Educação Básica, especialista em Metodologia de Ensino para a Educação Profissional pela Universidade do Estado da Bahia - BA, camilabarberino@hotmail.com;

⁴ Professora Doutora em Educação do Curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-BA, rose.mubarack@ufrb.edu.br.

Neste trabalho adotou-se a abordagem qualitativa, que prioriza a interpretação, a subjetividade, a flexibilidade, o interesse no processo, o contexto e a interação entre pesquisador e objeto de pesquisa (Moreira, 2002). A metodologia escolhida foi a de pesquisa de opinião, que procura descobrir as atitudes, pontos de vista e preferências das pessoas, a respeito de algum tema.

No que tange, ao *lôcus* da pesquisa, ela foi realizada em Cruz das Almas - BA, município do Estado da Bahia, com aproximadamente 63.591 habitantes, distribuídos em uma área de 145,7 km² (IBGE, 2020). Um dos municípios integrantes do Programa de Residência Pedagógica coordenado pela Capes/MEC, vinculados ao Projeto da RP/UFRB, disponibilizando Escolas Campo.

No âmbito educacional, o ensino médio profissionalizante disponível no Município é ofertado pela rede estadual de ensino público através do Centro Territorial de Educação Profissional Recôncavo II Alberto Torres, área de pesquisa desse estudo. A escola em questão, contém duas profissionais que trabalham com AEE, uma delas é formada em Letras Vernáculas e a outra em Letras com Língua Inglesa, ambas possuem curso de formação continuada em Educação Especial, que as habilita a realizarem o atendimento especializado. A análise de dados contendo as informações necessárias sobre o trabalho que elas realizam na escola, foi feito por meio de um formulário no *Google Forms* contendo 10 perguntas abertas sobre o tema em questão.

A Educação Especial foi definida como “[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular” (Brasil, 2008b, p.10).

A Educação Inclusiva/Especial tem como objetivo converter a educação comum, por meio de modificações conceituais e práticas, as quais destituam a segregação e promovam a equidade de direitos para todos os estudantes de acordo com as suas necessidades pessoais.

De acordo com Gusmão, Martins e Luna (2011, p.70): o princípio inclusivo avança na exigência da qualidade do atendimento prestado aos alunos que enfrentam problemas na aprendizagem, seja por motivos de deficiência, seja por dificuldades ocasionadas por repetência, defasagem idade/série ou, ainda, por fatores econômicos e sociais.

Neste sentido, é dever da escola cumprir o seu papel social construindo uma educação de qualidade e inclusiva, bem como aprimorar estratégias que possibilitem adequações e

adaptações diante da necessidade do estudante visando um processo de formação digno e eficaz com o apoio de políticas públicas.

Dessa forma, a educação inclusiva é um processo amplo, que abrange a inclusão de pessoas com deficiências ou distúrbios de aprendizagem em classe regular ou técnico de ensino em todos os seus graus. Tornando o conceito de sociedade inclusiva muito mais amplo, que vai mais além dos pressupostos da inclusão social, está fundado no princípio da universalidade dos direitos sociais, cujo conceito de cidadania não pode ser um conjunto de direitos naturalmente garantidos porque transformados em lei. A cidadania deve ser fruto de uma ação coletiva organizada, cuja prática social terá de ser reinventada no cotidiano (GALHEIRO, 2003).

Com isso, notamos que, o total de alunos que necessitam desse acompanhamento são: 5 alunos do turno matutino, 5 do turno vespertino e 6 do turno noturno, contendo Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, Transtorno do Espectro Autista, dislexia e esquizofrenia. O acompanhamento efetivo desses estudantes apresenta grandes desafios, pois não são encaminhados pelos responsáveis para realização de terapias, nem tampouco para acompanhamento médico específico. Além disso, as profissionais encontram muita dificuldade para desempenhar um trabalho eficiente, uma vez que a rede estadual de ensino não oferece apoio, nem estrutura para a realização de um trabalho eficaz, como reserva de espaço para atendimento especializado, material específico, aporte de recursos financeiros e contratação de profissionais para atendimento complementar (psicólogos, psicopedagogos e terapeutas ocupacionais).

A partir dos dados coletados, nota-se que, para que o trabalho seja realizado através dessas profissionais, é necessário que os professores da área repassem as atividades propostas em sala de aula para elas desenvolverem com os alunos especiais, essa técnica depende também do grau da deficiência do aluno para saber o que funciona e não funciona, visto que cada aluno tem sua especificidade. Entretanto, as professoras relatam que, poucos professores compreendem a dimensão do trabalho realizado por elas e a necessidade da adequação das atividades, relatando assim que não existe forma igualitária de realização das atividades se tratando da educação especial, pois cada aluno possui sua particularidade.

Quanto às dificuldades encontradas no âmbito profissional da escola em relação ao AEE, o maior desafio é formá-los nas competências e habilidades para o mercado de trabalho, parecendo até ser uma missão impossível.

Sabendo que a escola possui diversos cursos técnicos (nutrição, informática, análises clínicas etc.), foi possível notar que, em relação ao suporte, há uma dificuldade geral em auxiliá-los, porque cada disciplina possui sua dificuldade em se adequar ao curso, outras nem tanto. E

cabe ao professor propor atividades que facilite a compreensão desses estudantes em relação ao curso técnico em que estão inseridos.

Contudo, nota-se uma dificuldade constante para os profissionais do AEE (Atendimento Educacional Especializado) no auxílio dos estudantes com necessidades especiais, o desafio se faz maior ainda no contexto da educação profissional, sendo refletido no próprio mercado de trabalho que ainda apresenta muita dificuldade em absorver esses trabalhadores e trabalhadoras especiais. A falta de recurso das famílias para o acompanhamento médico e terapêutico é um desafio, pois ocasiona um obstáculo ainda maior, uma vez que o único acompanhamento especializado está sendo na escola, nos auxílios das atividades. Outra dificuldade é a falta de apoio do Estado, mesmo estando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, onde diz que é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, este, nem sempre é ofertado com qualidade.

Palavras-chave: AEE; Dificuldades, Profissionais, Educação Especial.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei n. 9.394**, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O Presidente da República, acesso em: 12 de agosto de 2022.

CAMPOS, Aline Soares. **Paulo Freire e inclusão escolar:** reflexões sobre o processo ensino-aprendizagem. [S. l.], p. 1-5, 17 ago. 2023. Disponível em:

<https://www.ced.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/82/2021/11/PAULO-FREIRE-E-INCLUSAO-ESCOLAR-REFLEXOES-SOBRE-O-PROCESSO.pdf>. Acesso em: 12 agosto de 2023.

DIAS, Marian Ávila de Lima e; ROSA, Simone Conceição; ANDRADE, Patrícia Ferreira. Os professores e a educação inclusiva: identificação dos fatores necessários à sua implementação. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo. **Psicologia USP**, 26 (3), 453-463.

VILARONGA, Carla Ariela Rios. MENDES, Enicéia Gonçalves. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre professores. **Rev, bras. Estud. Pedagog.** (on line), Brasília, 95, n.239, p.139-151, jan/abr, 2014.

